

# Dinheiro Curto

Marcha a inflação brasileira para os 820% ao ano, recorde dos recordes em nossa história, e cada vez mais perto dos recordes inflacionários mundiais. Nesse cenário, os governadores de doze estados alegam que não têm como pagar 3,4 bilhões de dólares de sua dívida externa, avalizada pela União, no próximo ano. Sem dinheiro, as estatais pressionam as tarifas dos serviços públicos e de seus produtos para gerarem renda.

No fim dessa ciranda, o Banco Central emite Cz\$ 1 trilhão em OTNs para cobrir as exigências da dívida interna, que se empilha na razão direta da incapacidade geral para reduzir custos, agravada pelas resistências dos parceiros estaduais e municipais do Tesouro, que não querem entrar com sua cota de emagrecimento. Balançando na ponta desse processo, o dinheiro escasseia para o investimento produtivo e para o financiamento das atividades privadas. Quem ganha com tudo isso?

Em sã consciência, não se pode dizer que o Brasil esteja à beira do abismo, pois uma economia indexada, por maiores que sejam os desajustes, vai criando anticorpos para os desastres políticos ou sociais. Nessa ordem de fatos, a URP amortece as pressões sindicais, a correção monetária da poupança impede sua fuga em debandada para ativos especulativos, e é até possível assistir à retomada dos empregos nos centros industriais, como acontece agora em São Paulo, de onde em geral partem as ondas de reativação econômica que reverberam em outras regiões produtivas do país. A taxa de desemprego de 9,4% em agosto, medida pelo Seade-Dieese-Unicamp, é a menor desde janeiro, coincidindo com a reativação sazonal dos negócios no último trimestre do ano, mas indicando, também, que estamos temporariamente fora do espectro ruinoso da estagflação.

É preciso, porém, que esse quadro seja revertido, pois não passa pela cabeça de ninguém que, mesmo com uma economia altamente indexada, seja possível continuar com os indicadores inflacionários marchando sempre para cima. Há um ponto além do qual o risco econômico se transforma em risco político, e a partir daí os remédios monetários tradicionais perdem o sentido.

Não podem, portanto, os governos estaduais tentar escapar de sua quota de responsabilidade no controle do endividamento externo, da mesma forma que o Governo Federal não conseguiu persistir na moratória. Alguém vai pagar por isso. Aplicada uma lupa sobre o endividamento estadual, é precisamente a unidade mais rica da Federação, o estado de São Paulo, o maior devedor, disparado, sobre os 3,4 bilhões de dólares pendurados.

Transferir essa fatura para a União significa que ela será coberta sob a forma de impostos, para que se transfiram recursos aos estados, ou com emissões de papel-moeda, ou com o aumento do endividamento interno, que pressiona as taxas de juros e raspa o fundo do tacho, deixando apenas migalhas para o financiamento das atividades produtivas do setor privado.

O governo já se apropria de duas terças partes da poupança financeira disponível. Não há mais como tirar dinheiro da economia privada, ou toda a poupança acabará estatizada, com o que estaremos mais próximos ainda do momento em que será impossível pagar a pilha da dívida. É hora de os estados, as estatais e o Governo Federal alinharem seus objetivos de austeridade, como contrapartida para a possibilidade de um acordo entre sindicatos e empresários, que abra espaço para um acordo global capaz de conter a inflação. Chame-se a isso pacto social ou que outro nome tenha.